

ESPAÇO ABERTO

Problema das emendas parlamentares se agravou

Roberto Macedo

estadaodigital#wsmuniz30@gmail.com

Mas por que constituem um problema e qual a natureza desse agravamento? O principal problema é de natureza política. Já fui candidato a deputado federal e aprendi que o voto de opinião sobre um candidato é prejudicado pela existência de muitos deles. Quando isso ocorre é difícil escolher, e em economia houve quem ponderou e chamou essa situação de “quando mais é menos”. A pessoa faz a escolha e fica insegura quanto à conveniência dela. O ideal seria o voto distrital, em que em cada distrito haveria, se tanto, meia dúzia de candidatos viáveis nas eleições para o Legislativo, e não centenas deles, como ocorre hoje. O debate entre eles contribuiria para esclarecer suas qualidades.

Aprendi também que os prefeitos e vereadores municipais têm grande influência nos resultados das eleições estaduais e federais, dada a sua relação com os eleitores locais, em torno dos quais passam a atuar como cabos eleitorais. Certa vez, conversando sobre minha candidatura com

o ex-governador de São Paulo Mário Covas, ele disse que “iria me arranjar uns prefeitos”, mas faleceu logo depois.

Aí é que entram as emendas, pois os parlamentares procuram destiná-las às suas bases eleitorais, cativando prefeitos e vereadores em busca de apoio para reeleição. Garantidas as emendas, os candidatos incumbentes – os que já exercem o mandato – passam a alardear o seu papel, à cata de votos futuros. Ainda recentemente vi num jornal foto de um deputado federal ostentando um grande cartaz formatado como um cheque, em que constava o valor da emenda, a prefeitura a que se destinava e o parlamentar como emite.

Entendo que as emendas parlamentares são inconstitucionais, pois o artigo 5.º da Constituição tem estes termos: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Noto-se que o texto acima fala de igualdade, mas o candi-

Valor de emendas tem aumentado muito, equivalendo no Orçamento de 2024 aos recursos destinados ao PAC

dato incumbente tem o privilégio das emendas relativamente a outros, com o que também faz propaganda fora do período eleitoral e no processo recebe indiretamente um financiamento de campanha por parte do governo. Onde está a igualdade constitucional relativamente aos candidatos não incumbentes?

Passando ao agravamento do problema, ele vem do seu crescente tamanho em quantidade, valores e influência do Congresso nessa ampliação. O jornal *Valor* de 29/12/2023 publicou artigo dos economistas Alexandre Manoel e Lucas Barbosa mostrando um gráfico das emendas parlamentares totais e obrigatórias como proporção das despesas discricionárias, de 2015 a 2023, preparado pelo economista Marcos Mendes. A proporção dessas despesas totais com as emendas, relativamente às despesas discricionárias, aumentou de 1,9% em 2015 para 20,6% em 2023 (!), aumento esse que foi bem mais forte desde 2020. Também segundo o texto, o gráfico mostra transferência de parte do poder do Executivo para o Legislativo e a influência crescente deste no Orçamento.

Ou seja, é evidente o agravamento do problema das emendas. E há também a desigualdade entre os próprios incumbentes, pois alguns têm maior poder sobre a alocação das emendas. Com isso, há os que são chamados de “campeões de emendas”.

Quanto à destinação delas nos seus objetivos, é pulverizada. Podem ir para educação, saúde e saneamento, por exemplo, mas fala-se que muitos projetos são mal formulados e executados, e vi até referência à contratação de artistas para shows, mas não conheço um levantamento abrangente e detalhado do impacto das emendas em termos de políticas públicas.

Vez por outra há também denúncias de aplicações irregulares. A última denúncia que vi foi publicada em reportagem de página inteira deste jornal no dia 23/12/2023, com o título *Senador envia R\$ 38,2 mil para obra de construtora de sua família*.

Passando a valores das emendas em reais, ou, pior, em bilhões deles, o avanço delas fez com que sua previsão para o Orçamento de 2024 seja de um total de R\$ 53 bilhões, uma dinheirama. A última mordida para ampliar o valor foi o Congresso cortar R\$ 7 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com isso, o valor desse programa foi reduzido para R\$ 54 bilhões, e assim está bem próximo da cifra do pacote das emendas, citada acima. Vale notar também que ao falar dessas emendas estamos tratando de recursos federais que deveriam ser aplicados em obras de maior porte e serviços de envergadura ligados às políticas públicas federais. Municípios deveriam usar seus próprios recursos para levar adiante suas políticas municipais, e os que vêm das emendas federais podem deixá-los mal-acostumados a contar com eles.

Quem pode arrumar esse mau estado das emendas seria o Supremo Tribunal Federal (STF). Não sou jurista, mas pelos argumentos que apresentei acima continuo e continuarei entendendo que são inconstitucionais. ●

ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), E CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

FÓRUM DOS LEITORES

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada. E-mail: forum@estadao.com

Indústria automotiva

Pacote de incentivo

Governo lança programa para montadoras; previsão é de R\$ 19 bi em incentivos (1/1, B4). Não se vê nos planos do governo atual a necessária exigência de aumento da produtividade, eficiência e competitividade internacional da nossa indústria, mas sim um aparente pensamento mágico de que simplesmente distribuir incentivos, proteção e crédito fácil a setores selecionados vai realmente desenvolver o País. O governo federal continua a insistir, portanto, em velhas políticas que sabidamente não deram certo no passado e com certeza não darão certo no futuro, a exemplo do esdrúxulo aumento da exigência de conteúdo nacional para o setor de petróleo anunciado há alguns dias. Enquanto nosso governo insistir em manter artificialmente as margens de lucros empresariais à custa dos pobres e indefesos contribuintes e consumidores, não haverá qualquer solu-

ção para os graves problemas de atraso estrutural e ineficiência crônica que assolam o País.

Fernando T. H. F. Machado
fthfmachado@hotmail.com
São Paulo

Em direção ao passado

É muito oportuna a manifestação de Armando Castelar (2/1, B4) a respeito dos incentivos dados à indústria automotiva, criando impostos sobre a importação de carros elétricos, modernos, para proteger a indústria atual, que produz modelos que já saíram de linha em seus países de origem. Trabalhei há muito tempo em uma multinacional e lembro a observação de um visitante estrangeiro que olhou o fluxo de autos no trânsito e me disse: “Aqui, no Brasil, vocês têm uns carros muito esquisitos”. Parece que estamos retomando esse mesmo caminho em direção ao passado, criando obstáculos aos autos modernos.

Aldo Bertolucci
aldobertolucci@gmail.com
São Paulo

Segurança pública

Câmera corporal

É uma pena que o esperado equilíbrio técnico do governador Tarcísio de Freitas esteja sendo corroído pelos sonhos deletérios do ex-chefe, rendendo-se a manter sua claude de direita radical e renegando a ciência ao questionar a efetividade da câmera corporal na segurança do cidadão. Uma coisa é ter leis com penas mais rígidas para inibir o criminoso, outra é ter um sistema que assegure a integridade física e processual do criminoso e do policial. As duas coisas são complementares, e não excludentes. A direita radical tem 30% de votos, e o governador precisa de 51% para qualquer futuro cargo executivo. Nesse caminhar, será difícil obter os 21% restantes. Negando a ciência, meu voto não terá. Será que o exemplo do monitoramento do réveillon em Copacabana pode inspirar o governador a rever seus conceitos? Nem parece ser, o governador, oriundo das

Forças Armadas...

Márcio Marcelo Pascholati
marcio.pascholati@gmail.com
São Paulo

Plebiscito

Como é de interesse sobre segurança pública, a questão do uso de câmeras nas fardas de policiais paulistas é muito relevante para ficar na dependência de uma só pessoa, no caso, o governador do Estado. Quem sabe não seria o caso de um plebiscito sobre o tema nas eleições de outubro?

Jorge de Jesus Longato
financeiro@cestadecompras.com.br
Mogi-Mirim

Aniversário

149 anos

Completar 149 anos de existência é um marco para qualquer jornal, mas um diário impresso só consegue se manter crível e relevante durante quase um século e meio se for extremamente competente para se modernizar e absorver inovações tecno-

lógicas sem renunciar aos princípios básicos que norteiam o jornalismo profissional: independência, apuração rigorosa dos fatos, estímulo ao debate de ideias e compromisso inalienável com a defesa da democracia. E é justamente por observar esses pressupostos que o *Estadão* chega à véspera de seus 150 anos como um veículo de informação fundamental para o Brasil. A todos os profissionais, à direção e à família Mesquita, parabéns.

Gilberto Kassab,
secretário de Governo e Relações
Institucionais de São Paulo
São Paulo

Correção

Diferentemente do que foi publicado no editorial *A conta do mercado livre* (Estado, 2/1, B3), o usuário que migra do mercado cativo para o mercado livre de energia continua vinculado a uma distribuidora. Além disso, os consumidores livres também pagam encargos setoriais.